

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.795.677 - SP (2019/0031397-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
EMBARGANTE : MISTRAL IMPORTADORA LTDA
EMBARGANTE : MISTRAL EVENTOS E TREINAMENTOS LTDA
EMBARGANTE : MISTRAL COMERCIO DE VINHO LTDA
ADVOGADOS : NEWTON SILVEIRA - SP015842
WILSON SILVEIRA E OUTRO(S) - SP024798
LUIS EDUARDO SETTI CAUDURO PADIN - SP298068
EMBARGADO : BRASILIA MIX DESENVOLVIMENTO NA WEB LTDA
ADVOGADOS : HENRIQUE MARTINS FERREIRA - DF051964
CAIO FILLIPE NUNES OLIVEIRA E OUTRO(S) - DF049697
EMBARGADO : MISTRAL EVENTOS LTDA
ADVOGADO : ROSANE DA SILVA MOURA E OUTRO(S) - DF032654

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por MISTRAL IMPORTADORA LTDA à decisão de fls. 645/650, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

Assim, a despeito da publicação do v. acórdão que rejeitou os Embargos de Declaração das recorrentes ter se dado em 05.06.2018, o prazo para a interposição do Recurso Especial de que se trata se encerrou somente em 27.06.2018 e não em 26.06.2018, pelo que tempestiva a sua interposição, que ocorreu exatamente no dia 27.06.2018 com a devida comprovação (e-folha 612 dos autos).

Outrossim, às e-fls. 637-638 dos autos, o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo se manifestou no sentido de que “o recurso reúne condições de admissibilidade”, uma vez que constatada a presença dos pressupostos recursais, tudo a corroborar o quanto bem provado pelas recorrentes (fls. 648).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Cumpre esclarecer, pois se encontra pacificado nesta Corte, que a ocorrência de feriado local, recesso, paralisação ou interrupção do expediente forense deve ser demonstrada por documento idôneo, providência que não foi cumprida na apresentação do recurso. Veja-se que documento retirado da rede mundial de computadores, como feito pela parte à fl. 612 (mero *print* da tela), não tem o condão de afastar a intempestividade.

A propósito:

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRADO REGIMENTAL.

INTEMPESTIVIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO POR DOCUMENTO IDÔNEO.

SIMPLES JUNTADA DE CÓPIA DE PÁGINA DA INTERNET NOTICIANDO FERIADO LOCAL. SUSPENSÃO DOS PRAZOS PROCESSUAIS NÃO COMPROVADA.

1. Para efeito de aferição da tempestividade recursal, a jurisprudência desta Corte Superior tem entendido que não basta a parte comprovar a simples ocorrência de feriado local. É preciso por documento idôneo, atestar a inexistência de expediente forense, o que, na hipótese, não ocorreu.

2. A eventual suspensão do prazo recursal, decorrente de ausência de expediente ou de recesso forense, feriados locais, entre outros, nos Tribunais de Justiça Estaduais, deve ser comprovada por documento idôneo, não servindo para tanto, a juntada de cópias de páginas extraídas da rede mundial de computadores. Precedentes.

3. *Agravo regimental improvido* (RCD no AREsp 898.206/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 25/10/2016.)

Ademais, de acordo com a jurisprudência do STJ, "o juízo de admissibilidade do recurso especial é bifásico. A decisão proferida pelo Tribunal de origem não vincula o Superior Tribunal de Justiça na aferição dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial. Isso porque compete a esta Corte, órgão destinatário do recurso especial, o juízo definitivo de admissibilidade" (AgInt no REsp n. 1.684.240/MG, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 28/2/2018).

Do mesmo modo, certidão lavrada por servidor público ou pelo sistema nos autos do processo que atesta a tempestividade do recurso não impede o reexame desse requisito pelo STJ. Nesse sentido: AgRg no REsp n. 770.786/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 8/3/2010; e AgRg no AREsp n.

703.592/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 26/8/2015.

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente